



MORAL, PODER E O MERCADO DE RUA NO RIO DE JANEIRO: um processo histórico

Vítor Henrique Guimarães Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro
vitor.henrique@hotmail.com.br

1 – INTRODUÇÃO

Camelôs e vendedores ambulantes são personagens urbanos que o morador da cidade do Rio de Janeiro já conta que vai encontrar no momento em que põe o primeiro pé para fora de casa. Seja no transporte público a caminho de casa ou do trabalho ou nas calçadas de bairros comerciais, ouve-se com frequência o pregão de produtos dos mais variados tipos vindo de incansáveis e mais diversos rostos.

Atualmente, a Academia entende esse tipo de trabalhador urbano como um ocupante de um subemprego, da má distribuição de renda no país, da insuficiência da oferta de empregos e da busca desenfreada pela modernização da produção industrial brasileira - enfim, o comerciante de rua é tido como fruto da crise urbana. Entretanto, por mais que essa interpretação não esteja errada, ela não apresenta uma total compreensão sobre essa figura.

2 – OBJETIVOS

Sposito (2013) explica que as variáveis quantitativas são importantes por mensurar a composição dos diferentes níveis de participação de distintos grupos sociais nas decisões tomadas sobre possíveis intervenções no espaço público; por outro lado, não se pode dar privilégio a essas informações, pois elas não explicam os fatores determinantes das diferenças - o que seria possível desvendar apenas através das variáveis quantitativas.

É pensando nisso que o presente trabalho pretende apresentar um panorama histórico do surgimento do comerciante de rua na cidade do Rio de Janeiro, procurando entender de que maneira foram atribuídos tantos estigmas (desordem, ilegalidade, falta de moral, “classes perigosas”, entre outros) tanto ao grupo social de comerciantes de rua



quanto ao comércio de rua em si e, assim, buscar ampliar a discussão sobre o os estigmas dessa atividade que ainda é muito justificada como uma consequência de fatores muito técnicos ou objetivos; a intenção aqui é lançar luz às subjetividades do assunto e de como foram construídas as relações sociais ligadas à essa atividade.

3 – METODOLOGIA

O eixo cronológico desse estudo será o proposto por Santos (2009): estudar as mudanças no espaço urbano não como consequência de uma modernização, mas sim como fruto de subseqüentes modernizações. Para o autor, cada modernização carregaria um conjunto de elementos coerentes vindouros de uma determinada “ordem econômica, social, política e moral que constituem um verdadeiro sistema” (p. 31); entretanto, explicar mudanças baseadas nas características de uma modernização específica localizada numa linha temporal seria ignorar as características sociais prezadas pelas fases anteriores de uma sociedade. Considerando que cada modernização gera diferentes efeitos sobre a sociedade e sobre o espaço urbano, tais como novas relações intrassociais, novos elementos do espaço urbano, novas redes e subsistemas urbanos, novas relações de trabalho e novos discursos *de* e *sobre* as classes sociais, é importante compreender como os agentes sociais se articulam em torno de determinados assuntos tendo em mente seus distintos interesses.

Santos (2009) destaca três grandes períodos de modernização: o primeiro se refere à revolução dos transportes marítimos (fins do século XV até o começo da Revolução Industrial); Revolução Industrial e a de seus suportes (meados do século XVIII até meados do século XX); por último, a revolução tecnológica (período iniciado após a Segunda Guerra Mundial). É importante, também, organizá-los como um dependente do outro: a primeira foi uma revolução comercial, ou seja, gira em torno de grandes transformações no modo de troca de bens e serviços, envolvendo produção, transporte e agentes sociais, mas com poucas transformações na estrutura social; a segunda, que só ocorreu graças ao “terreno preparado” pela primeira, foi de cunho industrial, o que deu um novo significado à circulação de capital e mudou completamente os modos de produção e de relações entre empregado, patrão e trabalho; a terceira e última foi uma revolução tecnológica, o que demandou uma forte



transformação nos modos de produção, mas que tiveram um impacto social muito maior do que diz o senso comum, principalmente no que se diz respeito ao consumo.

No caso a ser analisado por este trabalho, cada um desses períodos históricos reflete não apenas um momento importante na história econômica brasileira e na história urbana carioca, mas também apresenta um personagem específico que, tal como a proposição de Santos, dependem um do outro, fazendo com que um carregue estigmas do que o antecedeu: o primeiro, num Rio de Janeiro colonial e escravocrata, tem como personagem o *escravo de ganho* e sua dinâmica de trabalho; o segundo período, imediatamente após a Abolição da escravidão, tem como figura principal o *vadio* e sua marginalização frente o Estado; num terceiro momento, datado a partir da década de 1960, o foco gira em torno do surgimento da figura do *camelô/ambulante* como conhecemos nos dias de hoje.

O eixo teórico do trabalho será a formação da cultura baseada nas relações de poder entre o poder público, as camadas intelectuais da sociedade e as classes pobres marginalizadas, e de como essa relação pode se configurar como uma hegemonia cultural, que Cosgrove (2010, p. 226-227) define como um ato em que

um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isso é mais concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente em senso comum. Isso às vezes é chamado de hegemonia cultural.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

4.1. ESCRAVOS DE GANHO E A CONDIÇÃO ESCRAVA

Martins (2006) comenta que no Rio de Janeiro imperial o abastecimento de gêneros alimentícios e de produtos em geral dependia basicamente do comércio dito informal. Tal abastecimento precisava de agentes sociais que os vendessem para os consumidores: em uma pequena parte dos casos (comerciantes com maior poder aquisitivo), a venda ocorria em pequenos estabelecimentos fisicamente estabelecidos, distribuídos pela cidade - e que dariam origem, historicamente, aos armazéns, quitandas,



leitarias etc dos bairros -; a outra parte das vendas (a maior parte) era exercida por escravos de ganho, que obtinham seus produtos (livros, frutas, doces, sedas, pratarias e pão – os dois últimos com ressalvas, pois o negro não poderia tocá-los e eles só eram vendidos com o acompanhamento de seus proprietários) com os comerciantes ou produtores e os vendiam porta à porta (CUNHA, 1988), ou se fixavam em pontos estrategicamente localizados, em que era sabido que a potencial clientela passaria ocasionalmente – um conjunto de práticas realizados até hoje. Estes últimos tipos de comerciantes utilizavam de cestas, caixas de madeira e bandejas para expor suas mercadorias, o que tornava sua locomoção mais difícil, ou utilizavam de pequenas barracas ou tendas (MARTINS, 2006), como observado até hoje.

O “ganho” em questão se dava não em relação a um possível lucro obtido pelo escravo, mas sim ao que era arrecadado pelo seu proprietário: como em boa parte dos casos era inviável que o dono dos escravos os acompanhasse pelas ruas, estabelecia-se, como insegurança frente à não-confiança nos negros, uma renda fixa diária, que acarretaria uma arrecadação semanal pré-estabelecida. Havia casos em que o negro acumulava o que lhe sobrava e, ao fim de determinado tempo, comprava a própria liberdade – pagando uma quantia ao seu ex-proprietário, que usava o dinheiro para comprar ou alugar outro escravo de ganho (MAESTRI, 1988).

Dentro disso já se pôde observar a condição na qual o negro africano escravizado era colocado: uma condição de servidão, de submissão, indigno de confiança, de baixo nível intelectual e a ser sempre controlado de uma forma ou outra. Os estigmas de inferioridade natural do negro escravizado, carregado pelo simples fato de ele ser escravizado, já começam a serem nele incutidos.

Afflalo (2010) comenta que a partir da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, na cidade houve uma intensificação do comércio de rua. O próprio Príncipe Regente assinou, em 1810, uma lei que incentivava a atividade, principalmente regulamentando as pequenas aglomerações em barracas ao longo de algumas ruas.

4.2. NOVAS PALAVRAS, VELHORES VALORES: industrialização, vadios e a moral do trabalho no período pós-Abolição



Durante a virada do século XIX para o XX, as camadas dominantes da sociedade urbana brasileira, visando participar do processo de industrialização que se tornava cada vez mais fundamental para o progresso econômico de um país, se viam na necessidade de resolver uma equação que harmonizasse todas as classes sociais em convergência a um só objetivo. A solução encontrada foi entender a pobreza como um “mal necessário” para o progresso e introjetar essa ideia nas camadas mais populares (e numerosas) que eram os pobres através de “valores e práticas sociais que legitimassem a concepção de mundo” tida pelas camadas burguesas que se concretizavam nas cidades. Nesse momento, a pobreza foi transformada numa virtude que seria exercida através do trabalho em prol do desenvolvimento econômico.

Para a autora, “o sentido ideológico dessa correlação entre as qualidades morais e a situação sócio-econômica dos indivíduos inscrevia-se num conjunto mais amplo de ideias” que, articuladas entre si, tornavam legítimos tanto os preconceitos contra os pobres (que em sua maioria eram os negros que haviam sido escravizados) quanto o projeto de dominação das camadas dominantes da sociedade.

Dentre os diversos preconceitos contra os pobres, um muito presente era a de que eles formavam uma classe muito propícia aos “vícios, ao desregramento moral, à indolência”, valores morais que iam contra os ideais preteridos pela burguesia industrial em formação. Turazzi (1989) comenta que era desejável fazer com que essas classes mais baixas compreendessem que a situação social de um indivíduo e de sua família (muito associada à miserabilidade) era algo que poderia ser mudado caso eles se tornassem responsável por essa mudança – através do trabalho, que seria o caminho moral para sair da situação desfavorável.

Um exemplo dessa concepção de imoralidade pode ser percebido numa passagem do livro “A alma encantadora de ruas”, de João do Rio, onde encontram-se crônicas publicadas pelo autor entre 1904 e 1907. Na segunda parte do livro, João do Rio aponta as características que mais o marcam do que se vê nas ruas. Durante um passeio com seu amigo Eduardo, um cigano aproxima-se de um catraieiro na rua e o corteja para vender um anel de ouro. Depois de muito insistir e partir por diversos caminhos durante a conversa, o cigano finalmente consegue realizar a venda. A imagem do cigano atordoia Eduardo, que o chama, secretamente para João, de “refinado ‘vigarista’”. É aí que João arremata, firme:



“Oh!, meu amigo, a moral é uma questão de ponto de vista. Aquele cigano faz parte de um exército de infelizes a que as condições da vida ou do próprio temperamento, a fatalidade, enfim, arrasta muita gente. (...) É quanto basta uma moral. Não sejamos excessivos com os humildes.”

Era 1907 e um vendedor ambulante já era julgado como um “refinado ‘vigarista’”. Era uma “profissão ignorada”, decerto. Havia algo neles que os botava à parte da sociedade. Talvez o status de estrangeiro, ou o fato de exercerem “profissões sem academia”, como diria Eduardo mais a frente. Se para Simmel *apud* Rezende (2013) a concepção de sociedade baseia-se na ideia de que ela se forma através da interação entre indivíduos e que interagir é “relacionar sua condição com a do outro”, isto é, levar em conta que toda interação carrega um contexto em que os indivíduos se identificam e um outro em que se inserem no momento da interação, pode-se aferir que, pelo menos da parte de Eduardo, aquela figura insistente na venda nem fazia parte da mesma sociedade que ele, já que bastou um pré-julgamento para que qualquer aproximação fosse uma atitude totalmente descartada. “Até parece que não estamos no Rio de Janeiro...”, ele completa, como se tais atividades não fizessem parte daquela cidade que era capital do Brasil. Tal fala dá lugar a valores cada vez mais cosmopolitas, convergindo para um ideal de civilidade: uma cidade que via o início da decadência do poder agrícola cafeeiro e o surgimento de ideias pró-modernização da cidade. Era o início de um longo e conturbado processo de intensificação da urbanização do território do Rio de Janeiro – e as pequenas profissões não deveriam fazer parte dele, como disse Barbosa sobre o imaginário da paisagem na seção anterior.

Chalhoub (1996) enxerga a abolição da escravidão como a separação entre trabalhador e sua força de trabalho. Daí surge para a elite a dificuldade de fazer com que o trabalhador (escravo liberto, homens livres) vendesse sua força de trabalho ao capitalista empreendedor, de maneira em que o trabalho ganhasse um novo significado para o agora empregado, mas que se mantivesse, de certa maneira, a mesma concepção senhorial do trabalho. O autor levanta uma hipotética, mas consciente e condizente questão feita pelo poder público e pela nova burguesia empresarial carioca: “com a desagregação da escravidão, e a consequente falência das práticas tradicionais, como



garantir que os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões?” (p. 24).

Nesse novo momento, o trabalho traria o sentido de ordem à sociedade fazendo com que o trabalhador fosse um dos agentes dessa ordem. Seria dever do indivíduo pagar à sociedade com trabalho tudo o que aquela lhe dá – segurança, liberdade, honra.

Além do valor de ordem, o trabalho seria um dos principais agentes moralizadores do indivíduo: “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais” (CHALHOUB, 1989; p. 44). Como os indivíduos recém-libertos eram vistos como desprovidos de senso de moralidade, eram também tidos como elementos nocivos à sociedade. Nesse caso, somente o trabalho poderia regenerar o indivíduo e a sociedade de todos os valores negativos carregados pelos negros libertos e homens livres.

Valladares (1994) comenta que “o que os médicos haviam diagnosticado como o foco das epidemias era também, e sobretudo aos olhos da elite política nacional, ‘o berço do vício e do crime’ pois aí que residia e se concentrava o que se chamava de ‘classes perigosas’” (p. 86). Para além da dicotomia criada pelo discurso das elites intelectual e do corpo político que contrapunha patrão e empregado, havia ainda uma diferenciação filosófica-moral entre aquele pobre que vendesse sua força de trabalho ao empreendedor capitalista e aquele que não o quisesse – o chamado vadio. As ruas próximas aos cortiços eram consideradas extensões destes. Eram o principal espaço de socialização de seus moradores e personagens que ameaçavam as leis, os bons costumes, a ordem. A rua era o domínio das chamadas “classes perigosas” – termo cunhado por Mary Carpenter na década de 1840 para designar os grupos sociais formados à margem da sociedade civil e muito utilizado por H. A. Frégier, chefe de polícia de Paris em finais de século XIX cujos pensamentos muito influenciaram os políticos brasileiros, e que enquadrava nas classes perigosas qualquer um que fosse propensos à criminalidade. Este último, na sua tentativa de descrever as características de um indivíduo inclinado ao crime, acabou por descrever as condições de vida das classes mais pobres da cidade francesa.

Entretanto, os políticos brasileiros tomaram suas próprias conclusões a partir de suas ideias – de maneira lógica. A força motriz para a resolução do problema era reprimir a ociosidade como uma questão de “salvação nacional”. Um indivíduo que



tivesse a pobreza, o vício e a ociosidade dentro de si era, por si só, considerado um perigo social, “(...) pois quando o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade” – Frégier, citado na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro na sessão de 10 de julho de 1888 – pouco menos de dois meses após a Abolição da escravidão.

4.3. NEM ASSASSINO, NEM LADRÃO: CAMELÔ

O que hoje se chama de *informalidade* já foi um dia defendido como *marginalidade*. Um dos estudiosos brasileiros mais influentes no assunto foi Kowarick que definia a prática marginal como “uma lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas ‘arcaicas’ (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também ‘novas’ formas ‘tradicionais’ na divisão social do trabalho” (1977, p. 25).

Cardoso (2013) concorda com Kowarick ao afirmar que as atividades informais não estão independentes da circulação e do modo de reprodução do capital. Muito pelo contrário: essas atividades estariam estruturalmente articuladas com o sistema capitalista, variando apenas o modo e a densidade em que mecanismos de coordenação do sistema (o mercado com seus contratos e dinheiro em circulação, o Estado e suas leis e instituições legitimadoras de poder, as informações e suas redes materiais e virtuais de informação e a sociabilidade) atuam nos processos comerciais. O status de esquizofrenia se dá justamente pelo fato de o modo tido como formal de comércio (o shopping, as lojas de rua, as redes de fast-food) ser enxergado como natural e aceitável e o modo informal ser visto socialmente como degradante e inaceitável (os camelôs, os vendedores ambulantes de eletrônicos, produtos domésticos, doces etc.) quando, na verdade, os processos são mais codependentes do que concorrentes.

Esse momento histórico começa a lançar tanto um novo olhar sobre a pobreza urbana, quanto novos (e positivos) estigmas ao comércio de rua: o trabalhador informal não é mais visto como puro agente da desordem urbana, imoral e obstáculo para o progresso econômico brasileiro. Pelo contrário: por mais que ele ainda seja ocupante de um subemprego urbano, pertencente ao setor tradicional da economia (em contradição ao setor moderno da economia) e parte de um indesejável excedente não absorvido pela oferta de empregos, existe, agora, uma percepção de dignidade nessa atividade. Ser



pobre e se inserir no comércio de rua (ou em qualquer outro setor do mercado de trabalho informal) significava buscar sair da condição de pobreza; era não mais *atribuir* moral através do trabalho, mas sim necessariamente *ter* moral para buscar uma melhor condição de vida.

Pensando num sentido identitário, isso pode ser observado num dos discursos mais famosos de ambulantes, principalmente daqueles que vendem produtos dentro dos transportes coletivos. Para Haesbaerth (1999), a identidade (ou seu processo de criação) é mais que uma defesa da diferença, mas também uma forma de resistência aos caracteres excludentes e homogeneizadores do capitalismo (...); é um processo que contrapõe às forças que ressignificam os elementos culturais em prol da acumulação do capital. Até mesmo o famoso bordão dos ambulantes “desculpa atrapalhar o silêncio da sua viagem, é que eu poderia estar roubando, poderia estar matando, mas estou aqui vendendo o passatempo da sua viagem...” reflete essa busca por um reconhecimento de honestidade e dignidade e até resistência frente à imposição dos padrões da modernidade, procurando distinguir-se de criminosos – ladrões e assassinos – ao mesmo tempo que reforçam seus valores positivos.

A concentração de renda, principalmente durante a Ditadura Militar brasileira, também foi ponto de análise importante. O autor comenta que é característico de países subdesenvolvidos os espaços serem organizados e reorganizados devido a demandas muitas vezes distantes e em escala mundial. Entretanto, dificilmente os impactos nesses locais são sentidos de forma maciça, homogênea. Pelo contrário: existe uma concentração dessa mudança que é bastante reticente a qualquer difusão. “As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo e nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva” (SANTOS, 2004; p. 20). O autor sugere ainda uma abordagem à questão de renda pelos pontos de vista da produção e do consumo. A produção tenderia a se concentrar espacialmente conforme mais moderna seja a atividade; a abrangência sócio-espacial do consumo, por outro lado, dependeria de uma seletividade que se dava pela capacidade de consumo dos setores sociais, ou seja, haveria aqueles que teriam poder de compra ou até mesmo de acesso a serviços e aqueles que, por estarem marginalizados dentro da sociedade, não poderiam consumir da mesma maneira que os primeiros nem quantitativa nem qualitativamente. Essa discrepância se reflete na criação de uma sociedade de consumo diferenciado, que foi se



estabelecendo de maneira vigorosa no Brasil, muito influenciada pelo aumento da produção interna de linha branca de eletrodomésticos e pela importação de determinados elementos do modo de vida americano (efeito demonstração), cada vez mais presente graças à intensificação do processo de globalização.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com formação na primeira parte do Brasil colonial, o comércio informal em terras tupiniquins era exercido pelos escravos (negros de ganho), que utilizavam do espaço público para efetuar suas vendas. Com o tempo, houve um cerceamento do local público em que eles poderiam se localizar. Tanto os lugares que ocupavam quanto seus modos operandi muito incomodavam as camadas sociais dominantes de diversas maneiras: os locais eram vistos como inseguros e inapropriados para a “boa gente” e os comerciantes eram escravos – naturalmente vistos como inferiores.

Há um trecho de Cunha (1988, p. 26) que expõe exatamente sobre a hierarquização no imaginário social. Há um capítulo do livro “Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.”, importante retratista de escravos, em que ela analisa os significados por trás do pedido de um senhor para que fosse feito um retrato dele e retratos de seus escravos.

“(…) Quem encomenda uma fotografia mostra-se, dá-se a conhecer, esparrama-se pelo papel, a si e aos seus atributos e propriedades, como gostaria de ser visto, como vê a si mesmo no espelho. É o sujeito do retrato. Aqui o escravo é visto, não se dá a ver. E visto sob formas que o despersonalizam de duas maneiras, mostrando-se seja como tipo, seja como uma função (...). A vendedora de frutas, o carregador, o barbeiro tampouco são pessoas: a cena cotidiana, recriada no estúdio do fotógrafo, quer mostrar atividades, não designar indivíduos. (...) Se o retrato do senhor é uma forma de cartão de visita, o retrato do escravo é uma forma de cartão postal: um quer descrever a pessoa, digna e singular, outro descreve o personagem, pitoresco e genérico.”

Os conflitos entre o poder público e os camelôs são historicamente violentos, como se fosse imperativo um forte controle social frente a esses indivíduos



(trabalhadores). Como “as cidades são propícias aos desvios, mas também à liberdade e às inovações” (CLAVAL, 1999, p. 132), maneiras alternativas de trabalho tendem a se tornar um fenômeno natural, tal como tendem a ser quase que naturalmente reprimíveis. Visto que “num nível técnico mais elaborado, as tarefas de produção diferenciam-se, e instaura-se a divisão do trabalho” (*idem*), aquelas atividades que aparentemente nada devolvem ao Estado e à sociedade (não há pagamento de impostos, os produtos são de precedência duvidosa e muitas vezes caem na ilegalidade por quebra de direitos autorais) ganham status e estigmas inferiores, sendo facilmente marginalizadas juntamente com seus trabalhadores.

Uma relação de hierarquia social se estabelece, baseada não apenas no consumo, na empregabilidade ou na concentração de renda, mas muito também por estigmas há muito carregados pelas figuras históricas que ocupam esse tipo de atividade: seja a (considerada) natural inferioridade do negro escravizado, o perigo à ordem urbana e progresso econômico que os vadios e as classes perigosas e imorais ou a marginalidade do camelô, o comerciante de rua/ambulante sempre carregou nas costas estigmas que o torna alvo fácil de simplória e forte necessidade de repressão por parte do poder público.

6 - REFERÊNCIAS (Segundo a ABNT)

- AFFLALO, Bitiz. **Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CARDOSO, Adalberto. Relações econômicas como relações sociais, ou uma visita à "informalidade". In: CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2013. Cap. 1. p. 21-68.
- CHALLHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1989.
- CHALLHOUB, Sidney. Cortiço. In: CHALLHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia Cultural: uma Antologia**, vol. I. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-238.
- CUNHA, Marcelo Carneiro da. Olhar escravo, ser olhado. In: AZEVEDO, Paulo Cesar de; LISSOVSKY, Marcio (Org.). **Escravos brasileiros, do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** Rio de Janeiro: Ex Libris, 1988. p. 23-30.

- FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera F.. **A permanência e o desaparecimento dos mercados municipais e feiras livres nos espaços urbanos centrais das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, Brasil**. In: Seminário Internacional Urbacentros, 3., 2012, Salvador. **Anais...**. Salvador: Ufba, 2012. p. 1 - 16.
- MARTINS, Angela Maria Moreira. Ambiências que abrigam o comércio informal no Rio de Janeiro: O estudo de caso do Mercado Popular da Uruguaiana. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques (Org.). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: A questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2006. Cap. 5. p. 81-103. (III).
- MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Novas Perspectivas, 1988. 152 p.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. 136 p. (FGV de Bolso - Série Sociedade & Cultura)
- RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. Cap. 7. p. 123-145.
- TURAZZI, Maria Inez. A virtude pela pobreza. In: TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. Rio de Janeiro: Núcleo de Publicações da Coppe, 1989. p. 57-78.
- VALLADARES, Lícia. (1994), "**Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**", in Renato R. Boschi (org.), **A construção do espaço público no Brasil**, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora